



A parte que cabe ao poder público

TCU recomenda que Ideb inclua também estrutura das escolas e formação docente

Mariana Vaz
Editoria de educação

A cada dois anos, a qualidade da educação brasileira é avaliada por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) em 2007.

Esse índice é calculado com base na taxa de rendimento escolar, que leva em conta a aprovação e a evasão, e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), além da Prova Brasil.

Recentemente, uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) propôs que o método de avaliação seja ampliado, de forma que não fique restrito ao desempenho dos alunos. O TCU entende que o indicador não avalia o sistema educacional como um todo, até mesmo pela questão de ser realizado somente de dois em dois anos.

Para chegar a um universo mais abrangente, o TCU defende que o índice também inclua a infraestrutura da escola e seu corpo docente. Mas essa proposta levanta o debate sobre uma questão já abordada por muitos especialistas: dá para avaliar a educação brasileira considerando apenas o desempenho dos alunos?

Na opinião do pedagogo Júlio Furtado, o índice nada mais é do que um resultado frio do desempenho do estudante em uma prova. E isso não é suficiente para uma avaliação mais abrangente. Ele aprova a recomendação do TCU e acredita que, ampliando o alcance da medição, será possível aproximar-se do real objetivo do Ideb, que é identificar os pontos que precisam de emergencial mudança.

Formado em Psicologia e doutor em



Furtado: Ideb produz um resultado frio do desempenho do aluno

Ciências da Educação pela Universidade de Havana, em Cuba, Furtado assegura. “O objetivo desse índice deve ser fornecer indicadores para que a escola mude. Mas o que se vê é que ele se tornou um ‘ranqueamento’ das melhores”.

MUDANÇAS

Para Furtado, o Ideb deveria ser um disparador de mudanças, papel que ele não tem cumprido. A cada dois anos, quando as notas são divulgadas, muitos colégios fazem festa por conta dos bons resultados, enquanto outros são “crucificados” pelo baixo desempenho.

Na opinião de Furtado, é exatamente esse ponto que deve ser modificado. “Infelizmente, algumas articulações acabam mascarando realidades, no intuito de cada instituição obter a melhor nota. Temos casos de alunos com baixo desempenho que, curiosamente, não comparecem à escola no dia da prova, assim como depois têm problemas para conseguir vaga em outros colégios”, denuncia.

O que acontece é que, em muitas instituições, a preocupação com o desempe-

nho do aluno só aparece nos dias que antecedem a avaliação. Por isso, Furtado defende que o exame deve ser aplicado anualmente. “Se fosse realizado todos os anos, mesmo que apresentasse uma variação menor, valeria a pena pelo maior empenho. As escolas ficariam mais tempo mobilizadas”, acredita.

Ele também acredita que, diminuindo a sua periodicidade, será mais fácil alcançar a meta estipulada para 2022, que é de uma média nacional de 6,0. “Daqui até lá temos mais cinco medições e, se pensarmos em algumas realidades extremas, a nota 6 ainda é algo distante. Cinco avaliações não serão suficientes.”

Já para a ex-secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda, realizar a medição anualmente é caro e inviável. “O Ideb é usado para prestar contas à sociedade sobre a qualidade da Educação Básica e, pelo seu caráter, não precisa ser anual. O mais importante é que a comunidade, principalmente professores e gestores escolares, se apoderem dos resultados, entendam e tracem planos de melhoria a partir da sua análise”, pondera.



Maria de Fátima: SME tem seus próprios instrumentos de avaliação

No estado e município

O secretário da Educação, Thiago Peixoto, ressalta que Goiás vem investindo na formação dos professores e na melhoria da infraestrutura e, caso a recomendação do TCU entre em prática, a rede estadual sairá na frente. “O programa Nossa Escola, por exemplo, foca na melhoria da infraestrutura das escolas e já atendeu até o momento mil instituições. Quanto à formação docente, esse é um trabalho constante.”

A Chefe da Divisão de Ensino Fundamental para a Infância e Adolescência da Secretaria Municipal de Goiânia (SME), Maria de Fátima Farias, afirma que o Ideb é somente um instrumento de avaliação, mas que não é absoluto. “Temos os nossos próprios instrumentos de diagnóstico, que levam em conta a formação dos professores e outros aspectos. Isso sem contar outros métodos criados dentro das escolas, pelos próprios professores”, diz.

Ela conta que, para a SME, o Ideb é visto como um termômetro das instituições, por ser mais objetivo e ter metas traçadas. “Aqueles unidades que não atingem o estabelecido são acompanhadas de perto, mas é bom ressaltar que acompanhamos todas elas. Algumas, por exemplo, até atingem a meta, mas ainda estão em fase de crescimento, com o desempenho baixo se comparado às demais”.

Para Maria Rocha da Silva, do Colégio Estadual Joaquim de Souza Fagundes, ainda que as autoridades demonstrem interesse em ver bons resultados de suas unidades, no final, a responsabilidade maior fica mesmo é com a escola. “O Estado pressiona as subsecretarias, que pressionam as secretarias, que, por sua vez, nos pressionam. No final, o peso maior fica é dentro da sala de aula mesmo”.

Ideb

Boas condições físicas é item fundamental

Pesquisa nacional comprova influência da infraestrutura e do corpo docente no desempenho dos alunos. Educadores concordam

Em 2012, quando o MEC divulgou o resultado do Ideb, logo ganharam destaque as escolas que conquistaram as melhores notas.

Igualmente expostas, as unidades com os piores índices do país passaram a ser alvo de muitas críticas. Foi encaixando-se no segundo perfil que o Colégio Estadual Madre Germana, em Aparecida de Goiânia, ganhou visibilidade.

A escola teve a pior nota do estado: 1,4. Quase um ano depois, pequenas mudanças na escola mostram que, nesse caso, o baixo desempenho trouxe transformações significativas. “Quando o resultado foi divulgado, todos se assustaram com a realidade do colégio. Ninguém imaginava que estivesse tão ruim e isso serviu para abrir os olhos das autoridades”, relata Luzeni Duarte Gonçalves, diretora da instituição.

“Quando assumi o cargo, no final do ano passado, fiquei assustada com a situação. Os alunos estavam abandonados em uma estrutura precária e sem nenhum incentivo, além de diversos problemas internos de ordem administrativa”, resume.

Luzeni analisa que, na situação em que se encontrava, era praticamente impossível o colégio ter um bom resultado. “Como a escola fica em uma região de Goiânia, mas pertence à jurisdição de Aparecida, havia um jogo de empurra-empurra do poder público. Ninguém cobrava resultados e aqui mais parecia um cemitério, de tão abandonado que estava”, destaca ela.

Com cerca de 900 alunos em turmas do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, o colégio tinha um alto índice de evasão escolar. Faltavam atrativos para os alunos, como quadra de esportes ou laboratório de informática, este último transformado em depósito.



C. E. Madre Germana: pior nota de Goiás no Ideb em 2012. Hoje realidade é outra

Várias pesquisas comprovam a influência das condições de trabalho e da infraestrutura das escolas no bom desempenho dos alunos. Revelando a urgência em tratar do assunto, recentemente foi publicado o estudo “Uma Escala para Medir a Infraestrutura Escolar”, que utilizou dados do Censo Escolar 2011.

Os resultados mostraram que mais de 44% das escolas de Educação Básica no país apresentam uma infraestrutura elementar, apenas com água, banheiro, energia, esgoto e cozinha.

E apenas 0,6% delas apresentam uma infraestrutura considerada avançada, com sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, parque infantil, além de laboratório de ciências e dependências adequadas para atender estudantes com necessidades especiais.

LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS

A conclusão dessa desigualdade, relatada pelos próprios professores, é que os alunos se sentem desmotivados e abandonados. “Cada escola tem uma realidade diferente, que deveria ser observada antes de qualquer cobrança”, analisa Maria Rocha da Silva, coordenadora do C. E. Joaquim de Souza Fagundes, em Teresina de Goiás.

A escola recebeu a menor nota nas séries iniciais. “O trabalho depende do todo. Nós procuramos trabalhar da melhor

forma possível, mas esbarramos nas limitações estruturais”, lamenta a pedagoga.

O colégio fica na zona rural, possui estrutura bem antiga, datada de 1970, e atende principalmente crianças da comunidade kalunga.

E quem está do outro lado do ranking também reclama o fato do Ideb não analisar a infraestrutura. “Muitos pensam que por estarmos acima da média, nosso colégio não precisa de nada. Muito pelo contrário! Para manter esse resultado, nós precisamos de muitas melhorias”, ressalta Eliana Nunes Gonçalves, diretora do Centro Municipal de Educação Básica Professor Luiz Alberto, em Rio Verde.

A instituição alcançou a maior nota entre todas do estado: 7,6. Agora precisa manter o resultado até 2022 ou, melhor ainda, ultrapassá-lo. Para que isso aconteça, Eliana reconhece que muito ainda precisa melhorar. “Se nos pontuassem pela infraestrutura, veriam as nossas reais necessidades”, acrescenta ela.

Enquanto isso, no C.E. Madre Germana, as mudanças começaram a acontecer. “Construímos uma sala para os professores, reformamos o laboratório de informática, fizemos um galpão para guardar os materiais e também aumentamos o muro em 30 cm, porque antes era muito baixo e os alunos fugiam”, relata a diretora, satisfeita.

O ruim gerou mudanças

Além das mudanças estruturais, o Colégio Estadual Madre Germana parece ter se tornado, finalmente, uma prioridade para a Secretaria Estadual da Educação.

Depois dos resultados ruins registrados no Ideb em 2012, a unidade de ensino foi incluída no Programa de Acompanhamento e Suporte Pedagógico (PASP), criado em 2011 pela Seduc com o intuito de acompanhar o trabalho pedagógico realizado em algumas unidades.

A diretora da instituição, Luzeni Duarte Gonçalves, conta que semanalmente recebe a visita de um educador responsável pelo programa, além do acompanhamento feito pela Subsecretaria de Aparecida, que envia uma tutora para observar a evolução da escola.

Aumentar a participação das entidades públicas é, para o psicólogo Júlio Furtado, um dos maiores desafios. “As autoridades vêm os resultados do Ideb como se fossem espectadores à parte. Reclamam do baixo desempenho como se aquilo não fosse responsabilidade deles”, critica.

Incluir outros aspectos no cálculo pode ser uma forma de aumentar a atuação desses indivíduos. Para a ex-secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda, havendo ou não alteração em seus critérios, a avaliação não pode se encerrar sem ações posteriores.

Na opinião de Pilar, é necessário avaliar, mas principalmente ter políticas de intervenção a partir dos resultados. “O maior desafio hoje é fazer o Ideb popular, para que toda a comunidade conheça e acompanhe o que a escola vai fazer para garantir a educação de qualidade para todos os alunos.”